



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CAMPUS – BACACAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIANA DE SOUSA MESSIAS

EDUCAÇÃO SEXUAL: Estudos e possibilidades didáticas a respeito do combate ao
abuso sexual infantil na Unidade de Ensino Fundamental Sebastião Moreira
Maranhão em Bacabal – MA

Bacabal – MA

2024.2

MARIANA DE SOUSA MESSIAS

EDUCAÇÃO SEXUAL: Estudos e possibilidades didáticas a respeito do combate ao abuso sexual infantil na Unidade de Ensino Fundamental Sebastião Moreira
Maranhão em Bacabal – MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Maranhão – Campus
Bacabal como requisito para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Prof. Orientador: Me Vilmar Martins da Silva

Bacabal - MA

2024.2

Messias, Mariana de Sousa.

Educação sexual: estudos e possibilidades didáticas a respeito do combate ao abuso sexual infantil na Unidade de Ensino Fundamental Sebastião Moreira Maranhão em Bacabal – MA / Mariana de Sousa Messias. - Bacabal - MA, 2024.
56 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2024.

Orientador: Prof. Me. Vilmar Martins da Silva.

1. Educação Sexual. 2. Abuso Sexual. 3. Ensino Fundamental I. 4. Possibilidades didáticas. I. Título.

CDU: 373.3:613.88(812.1)

Elaborado por Anderson de Araújo Machado - CRB 13/746

MARIANA DE SOUSA MESSIAS

EDUCAÇÃO SEXUAL: Estudos e possibilidades didáticas a respeito do combate ao abuso sexual infantil na Unidade de Ensino Fundamental Sebastião Moreira
Maranhão em Bacabal – MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadualdo Maranhão – UEMA para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 05/02/2025 Nota: 10,00

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me Vilmar Martins da Silva

Ariane Tassila Moreira Silva

Prof. Examinador (2)

Marcos Antônio Fernandes V. De Souza

Prof. Examinador (3)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de concluir minha primeira graduação.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e acreditaram que era possível sim a tão sonhada graduação neste curso de Pedagogia. Aos meus irmãos pelo apoio, e os meus sobrinhos, que tanto amo e várias vezes me instigaram a ser uma grande profissional.

À minha tia Fernanda, por sempre orar por mim e me incentivar com frequência nos estudos.

Ao meu amigo Tharleson pelo companheirismo, cumplicidade e o incentivo nos momentos difíceis. Agradeço à Rayssa e Tiago, por sempre terem um abraço e uma palavra de incentivo. À minha querida amiga Ana Clara, que sempre me apoiou e se tornou parte da minha família.

Aos professores Me. Filipe e Regiane, excelentes professores, que me inspiram a olhar para a Educação sob uma nova perspectiva.

Aos meus queridos amigos Matheus Fernandes e Suene Miranda, minha imensa gratidão. A ajuda e o apoio de ambos foram fundamentais neste processo. Muito obrigado por estarem ao meu lado.

Ao meu querido professor orientador Me. Vilmar Martins da Silva, que abraçou a temática, junto a mim, delineou com clareza e precisão os passos que deveriam ser seguidos para a construção deste projeto.

"Criança molestada acaba ficando triste e amuada.
Vamos virar esse jogo e dizer não á covardia!
Vamos combater o abuso com valentia!
Toda criança tem o direito de ser protegida e viver feliz!"

Andrea Viviana Taubmann

RESUMO

O presente estudo discorre sobre a educação sexual e ao combate do abuso sexual infantil por meio de possibilidades didáticas no Ensino Fundamental I, na U. E. F. Sebastião Moreira Maranhão, em Bacabal – MA. Com isso, esse trabalho é bibliográfico, exploratório e descritivo, e a sua análise é de caráter qualitativo, realizado através de um questionário aberto aplicado aos educadores (Gil, 2002; Gil, 2009; Prodanov e Freitas, 2013). Diante disso, a questão norteadora do trabalho foi: de que forma as estratégias didáticas, no que concerne à educação sexual em sala de aula, podem auxiliar no combate ao abuso sexual infantil? Para que esta investigação tivesse êxito, foi produzido o seguinte objetivo geral: compreender a educação sexual como ponte para a construção de diálogos sobre o abuso sexual infantil e as possibilidades didáticas para sua prevenção, e mais especificamente: verificar a importância da educação sexual no Ensino Fundamental I, apontar as estratégias didáticas para prevenção do abuso sexual infantil e averiguar o papel da escola na precaução ao abuso sexual infantil. Como referencial teórico têm-se Flores (1994), Caminha (1994), Lima (2012), BNCC (2018), LDBEN (2017), que trazem informações sobre a importância e as possibilidades da execução a respeito da educação sexual em sala de aula, os aspectos de prevenção e as consequências do abuso sexual infantil. Diante disso, foi verificado que existe a necessidade de haver ferramentas pedagógicas para o ensino de Educação Sexual no Ensino Fundamental I e a promoção de formação para os educadores sobre a temática.

Palavras-chave: Educação Sexual. Abuso Sexual. Ensino Fundamental I. Possibilidades didáticas.

ABSTRACT

This study discusses sexual education and the fight against child sexual abuse through didactic possibilities in Elementary School I, at U. E. F. Sebastião Moreira Maranhão, in Bacabal - MA. Therefore, this work is bibliographic, exploratory and descriptive, and its analysis is of a qualitative nature, carried out through an open questionnaire applied to educators (Gil, 2002; Gil, 2009; Prodanov and Freitas, 2013). In view of this, the guiding question of the work was: in what way can didactic strategies, with regard to sexual education in the classroom, help in the fight against child sexual abuse? For this research to be successful, the following general objective was produced: to understand sexual education as a bridge for building dialogues about child sexual abuse and the didactic possibilities for its prevention, and more specifically: to verify the importance of sexual education in Elementary School I, to point out the didactic strategies for preventing child sexual abuse and to investigate the role of the school in preventing child sexual abuse. As theoretical references, we have Flores (1994), Caminha (1994), Lima (2012), BNCC (2018), LDBEN (2017), which provide information on the importance and possibilities of implementing sexual education in the classroom, the aspects of prevention and the consequences of child sexual abuse. In view of this, it was verified that there is a need for pedagogical tools for teaching Sexual Education in Elementary School I and the promotion of training for educators on the subject.

Keywords: Sexual Education. Sexual Abuse. Elementary Education I. Didactic possibilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Unidade Escolar Fundamental.....	43
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e à Adolescência

AIDS - Síndrome da imunodeficiência adquirida

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre crianças e Adolescentes

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECOS - Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

HQ's – Histórias em quadrinhos

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN's - Parâmetro Curriculares Nacionais

PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

MEC - Ministério da Educação

IST - Infecções sexualmente transmissíveis

ONU - Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

UNAIDS - United Nations Programme on HIV/AIDS

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura

SUS - Sistema Único de Saúde

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	44
Quadro 2	45
Quadro 3	45
Quadro 4	45
Quadro 5	46
Quadro 6	46
Quadro 7	46
Quadro 8	47
Quadro 9	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 Historicidade da educação sexual na educação	16
2.2 Educação sexual nas escolas.....	16
2.3 Perspectivas da educação sexual e sua importância no ensino fundamental I ...	18
2.4 Educação sexual na escola: perspectiva e objetivo.....	20
2.5 O papel da escola na promoção da educação sexual no ensino fundamental I ..	21
2.6 O papel da escola na prevenção e detecção do abuso sexual infantil.....	23
3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EFICAZES PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	27
3.1 Transversalidade e educação sexual na sala de aula.....	29
3.2 Considerações sobre violência sexual na infância e na adolescência	31
3.3 A educação sexual de acordo com as leis que normatizam o ensino no Brasil .	32
3.4 Programas de prevenção ao abuso sexual infantil	35
3.5 Formação docente sobre a educação sexual infantil no ensino fundamental I	38
4 METODOLOGIA.....	41
4.1 Procedimentos da investigação	41
4.2 Instrumentos de pesquisa.....	42
4.3 Sujeitos da pesquisa.....	43
4.4 <i>Lócus</i> da pesquisa.....	43
4.5 Procedimentos de análise	43
4.6 Diálogos com os resultados.....	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Este estudo parte da reflexão de que o abuso sexual infantil consiste em um problema cotidianamente enfrentado, sendo uma das formas mais graves de violência contra a integridade da criança, o que gera um ponto de desequilíbrio em seu processo de socialização. Com isso, a pretensão analítica aqui pensada alia-se a Flores e Caminha (1994) que discutem a educação sexual no contexto do ensino fundamental, trazendo diferentes pontos de vista e abordagens teóricas sobre o assunto. Diante disso, a presente monografia procura refletir como a educação sexual é apresentada no currículo escolar, identificar a visão dos professores sobre a educação sexual e ponderar como a Educação Sexual é (pouco) apresentada na grade curricular, formulando, a partir da relação com educadores, ferramentas didáticas e pedagógicas para o ensino de educação sexual no ensino fundamental I da U.E.F Sebastião Moreira Maranhão na cidade de Bacabal – MA.

As pesquisas apresentadas trarão contribuições importantes para o debate sobre a educação sexual no ensino fundamental I, fornecendo abordagens teóricas que consideram tanto o aspecto cultural e social, quanto o emocional e psicológico das crianças. Ao analisar essas perspectivas teóricas, é possível pensar em uma abordagem mais adequada sobre o tema nesse contexto, levando em conta as particularidades de cada indivíduo e promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso.

Esse estudo destacará o ponto de vista de diversos autores, abordando a importância da educação sexual na escola, e não perdendo de vista a percepção de professores atuantes no ensino fundamental I da U.E.F. Sebastião Moreira Maranhão sobre o tema e suas possibilidades didáticas e pedagógicas.

Essa temática situa-se em uma tentativa analítica de destacar em que medida se faz necessário construir diálogos com crianças e adolescentes, visando a sua proteção sob o ponto de vista sexual, chamando-os à possibilidade de construir o autocuidado com o seu próprio corpo e, além disso, demonstrar os possíveis caminhos para a construção de um ambiente escolar consciente de seu papel social e educativo, possibilitando a prevenção de situações de vulnerabilidade sexual.

Assim, para este trabalho elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma as estratégias didáticas, no que concerne à educação sexual em sala de aula, podem auxiliar no combate ao abuso sexual infantil? Para responder a tal questionamento, traçou-se como objetivo geral: compreender a educação sexual como

ponte para a construção de diálogos sobre o abuso sexual infantil e as possibilidades didáticas para sua prevenção; e como objetivos específicos: verificar a importância da educação sexual no ensino fundamental I, apontar as estratégias didáticas para prevenção ao abuso sexual infantil e averiguar o papel da escola na precaução ao abuso sexual infantil.

É interessante ressaltar que informar jovens e crianças é um dos caminhos para a prevenção e combate ao abuso sexual, visto que muitas famílias não trabalham a sexualidade dentro de casa e acabam passando essa responsabilidade para as escolas. Ademais, a maioria dos abusos são praticados por parentes das vítimas, o que faz com que a escola acabe sendo o local mais acolhedor para receber as denúncias, o que torna importante adotar a educação sexual na sala de aula. Para tanto, nota-se a necessidade de mais discussão, ressaltando a intervenção do meio escolar como forma de dar notoriedade à problemática.

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu-se em uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando como base materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes para o tema em questão. Essa revisão foi realizada com o intuito de buscar compreensão consistente sobre a temática e seu desenvolvimento ao longo do tempo, sendo fundamentada em autores como Flores (1994), Caminha (1994) e Lima (2012), BNCC (2018), LDBEN (2017), além de outros pesquisadores e fontes de informações confiáveis.

Após a seleção e análise dos materiais bibliográficos, será realizada uma análise dos dados de forma qualitativa, utilizando procedimentos analíticos adequados para o trabalho de campo que será realizado na Unidade de Ensino Fundamental Sebastião Moreira Maranhão, localizada no município de Bacabal – MA. Nesta escola, será dado enfoque às representações de professores atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental, que serão participantes de entrevistas aplicadas de maneira semiestruturada.

Dessa forma, a metodologia adotada busca trazer reflexões sobre a Educação Sexual como ferramenta de construção de diálogos a fim de combater e prevenir o abuso sexual infantil, considerando, especificamente, a prática docente como caminho inicial para que a escola assuma o seu papel social nesse debate.

Ensinar a criança e o adolescente a entender sobre o próprio corpo se faz totalmente necessário diante do cenário conturbado que o país enfrenta com relação

ao abuso sexual infantil. Diante desse cenário, a criança é o único ser em situação de vulnerabilidade absoluta. Dessa forma, pode-se compreender a importância dos pais e educadores ao abordarem temas relacionados à sexualidade, tendo o início dessa conscientização na infância para que a criança já possa crescer mais reflexiva e autoconfiante, reproduzindo menos estereótipos e preconceitos sobre abordar tais assuntos com menores de idade.

Por fim, uma educação sexual integral deve incluir, no debate, temas como consentimento, direito sobre o corpo, normas socioculturais etc., além de contribuir para adquirir um maior conhecimento a respeito do corpo, incentivando atitudes de igualdade de gênero e autoconfiança.

O interesse para a formulação do tema surgiu de uma experiência de trabalho no ensino fundamental I. Nessa experiência foram realizadas algumas atividades escolares, a exemplo da hora do banho, em que as crianças observavam seus colegas e quase sempre anunciavam perguntas como: “O que é isso?”, “Como chama?”, “O amiguinho tá mexendo aqui, tia!”; e outros questionamentos que surgiam nesses momentos de banho e que precisam ser pensadas para uma prática docente capacitada a lidar com estas questões que por vezes ficam sem respostas.

Assim, aciono esta experiência enquanto um ponto de partida para a construção de um problema a ser explorado no trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, considerando a necessidade de posicionar o conhecimento pedagógico na compreensão dos dilemas e tabus que cercam esta temática.

A educação sexual é uma forte arma contra o abuso sexual, crianças informadas é uma ferramenta eficaz. Os casos de abusos sexuais anunciam esta problemática em nossa sociedade, consistindo em uma necessária temática de pesquisa com enfoque na educação para os dias atuais. Pode-se afirmar, ainda, que levar essa temática para sala de aula, será a oportunidade de pensar possibilidades juntamente com os docentes, afim de educar crianças que logo serão adolescentes e adultos com uma mente consciente de suas responsabilidades sexuais.

O tema possibilita um pensamento que não é preso por tabus e ideia conceituadas pela sociedade, levando o assim o educando a conhecer e a respeitar o seu corpo e o do próximo, não tendo qualquer tipo de violação. Em um mundo regido por estímulos visuais excessivos e a banalização dos temas acerca da sexualidade, inserir a educação sexual nas escolas desde o Ensino Fundamental é possibilitar uma futura geração mais consciente e sábia.

Como referencial teórico está acoplado em aportes teóricos sobre a educação sexual no Ensino Fundamental I, a historicidade da educação sexual, as estratégias a serem trabalhadas, as leis, e os seus subsídios nos PCNs, Figueiro (2009), Souza (1991), BNCC (2018), LDBEN (2017), dentre outros.

O primeiro capítulo demonstra a introdução ao estudo, um breve destaque acerca da abordagem da temática, a problemática que envolve a pesquisa, os objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa da escolha do tema.

O segundo capítulo ressalta sobre a fundamentação teórica, historicidade da educação sexual na educação destacando o percurso histórico em relação a temática, quem instaurou e quais foram as dificuldades, além de apresentar a educação sexual nas escolas, perspectivas da educação sexual e sua importância no ensino fundamental I, a perspectiva e o objetivo na educação sexual, o papel da escola na promoção da educação sexual, e a prevenção e detecção do abuso sexual infantil.

O terceiro capítulo denota sobre as estratégias pedagógicas eficazes para o ensino da educação sexual e prevenção ao abuso sexual infantil, segundo os teóricos, e suas características principais e usabilidade na sala de aula, bem como analisar como as práticas pedagógicas adequadas que facilitam o processo de ensino-aprendizagem da educação sexual, programas que incentivam a prevenção ao abuso sexual infantil, e a formação docente sobre a educação sexual infantil no ensino fundamental I, em que aponta importância de se ter um preparo técnico para abordar a temática, e que essa formação deve ser fornecida pelos órgãos da educação e pela iniciativa do docente.

No quarto capítulo enfoca a metodologia, os procedimentos metodológicos, o instrumento, os sujeitos, o *lôcus* da pesquisa, os procedimentos de análise, os diálogos com os resultados, que refere-se aos resultados e discussão relacionados à pesquisa de campo realizada com as educadoras do Ensino Fundamental I, na Unidade de Ensino Fundamental Sebastião Moreira Maranhão, na cidade de Bacabal – MA, onde foram aplicados questionários com perguntas abertas e entrevista relacionadas à educação sexual; e por fim, as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os teóricos referentes à temática deste trabalho. Nesse interim, é exposto a historicidade da educação sexual na educação, educação sexual nas escolas, as perspectivas e os objetivos no Ensino Fundamental I, dentre outros.

2.1 Historicidade da educação sexual na educação

Ao que se tem de registro, o primeiro momento em que se tentou incluir a Educação Sexual no currículo educacional foi em 1930, no Colégio Batista, no Rio de Janeiro, no entanto, a implantação não sucedeu, pois, o discente responsável pelo projeto foi demitido (Figueiró, 1998). Um dos empecilhos para não instauração foi Igreja católica, pois tinha um posicionamento repressivo com relação à temática, em que possuía um renome no que tange as decisões sobre a orientação da educação brasileira (Rosemberg, 1985).

De acordo com o que foi discutido, para essa concepção, Chauí (1984) aponta que a Igreja Católica verifica o sexo como algo pecaminoso, e para que isso seja contido, ou amenizado, é necessário casar-se. Dessa forma, verifica-se o percurso histórico que a educação sexual enfrentou ao longo dos anos. Diante do exposto, é inegável as dificuldades enfrentadas para a abordagem da temática na educação.

No ano de 1997, O Ministério da Educação - MEC, reconheceu o estudo sobre a sexualidade como campo de trabalho dos professores, visíveis em um dos volumes dos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais -, sendo o primeiro documento a legitimar a prática da educação nas escolas (Vianna, 2012).

2.2 Educação sexual nas escolas

De acordo com Figueiro (2009), a educação sexual visa refletir a respeito da temática por meio de debates e estudos. O objetivo da educação sexual é preparar os jovens para uma vida sexual segura, cuidando do próprio corpo, de modo a evitar situações futuras indesejáveis. A importância dessa educação está diretamente relacionada à prevenção de problemas de saúde e suas consequências, como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência ou experiências traumáticas. Além disso, a educação sexual deve ser realizada para

solucionar questões delicadas, principalmente vivenciadas dentro do seio familiar. É fato que possui muita dificuldade para incluir essa temática no dia a dia das crianças dentro da sala de aula, mas é necessário que a equipe pedagógica esteja apta a esclarecer os questionamentos das crianças, para que elas entendam o que é o seu corpo, como cuidar e como respeitar o corpo de outro indivíduo.

Segundo Souza (1991), a educação sexual inclui proporcionar condições para que as pessoas aceitem o seu corpo e comportamentos sexuais de forma positiva, livres de medo, preconceito, culpa, vergonha, impedimentos ou tabus. Conforme enfatizado em ECOS (2013) – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana -, a educação sexual deve ser entendida como o direito da criança e adolescente de se autocompreender e de ter uma visão positiva sobre o sexo, manter uma relação clara em seu relacionamento, ter pensamento crítico e compreender o comportamento de si e dos outros. Com isso, pais e educadores devem se preocupar para que os jovens conduzam uma educação sexual saudável baseada em valores e hábitos consistentes, como a valorização da vida e dos direitos humanos.

A Organização das Nações Unidas - ONU (2022) acredita que a educação sexual está relacionada à promoção dos direitos humanos, os direitos das crianças e dos jovens e os direitos de todos à saúde, educação, informação e não discriminação. Portanto, a ONU apoia a implementação de cursos de educação sexual nas escolas:

Educação sexual é um programa de ensino sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Seu objetivo é equipar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os empoderem para: vivenciar sua saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e dos outros; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida.” (UNAIDS, 2018, *apud* Gazolla, Toledo, Pinto, 2022, p. 2).

Na verdade, o currículo atual sobre o comportamento sexual começou no Brasil na década de 1980, em decorrência de gravidezes indesejadas e taxas de infecção por HIV entre adolescentes. Hoje, além de orientar o uso de anticoncepcionais, outras doenças sexualmente transmissíveis e outros conhecimentos biológicos, a educação sexual para jovens também segue as diretrizes técnicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019).

As diretrizes são baseadas em políticas públicas aplicadas em diferentes países e regiões, e levantam questões como privacidade, consentimento, orientação sexual

e igualdade de gênero. O órgão mencionou que o conteúdo é adequado para idades de 5 a 18 anos e deve ser adequado para crianças e jovens, dependendo do nível de conhecimento e da realidade sociocultural.

De acordo com os registros do Sistema Único de Saúde (SUS), divulgados em novembro de 2018, entre 2011 a 2016, 49,5 mil meninas entre 10 a 19 anos foram estupradas – uma média de 23 por dia. Em 58% dos incidentes, o crime ocorreu dentro de casa, onde 36% dos agressores eram familiares ou companheiros da vítima. Dentro dessa faixa de porcentagem, a grande maioria das garotas tiveram uma gravidez indesejada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a gravidez na adolescência entre garotas de 10 a 20 anos. Segundo estimativas da OMS, apenas no Brasil, 13 milhões de meninas nessa idade engravidaram nas últimas duas décadas.

Com tais dados e ocorrências alarmantes, verifica-se que é de grande importância a educação sexual nas escolas, junto à família, para assim trazer clareza e conhecimento de vida às crianças; a família, como fonte de princípios, e a escola como orientadora, quebrando dessa forma o tabu de que a escola não é lugar para falar sobre sexo.

2.3 Perspectivas da educação sexual e sua importância no Ensino Fundamental I

A Educação Sexual, quando se busca defini-la, observam-se conceitos amplos e históricos. Ela, como um direito, é necessária na vida do homem social e é, dependendo da cultura específica ou de dado momento na história, representada de formas variadas. A educação sexual é apresentada além de aspectos biológicos, também sociais e psicológicos, expressando-se de maneira única e individualizada em cada ser humano. Dessa forma, as atitudes e padrões sociais, comportamentos e modos de encarar essa educação constitui cada indivíduo rumo a sua particularidade. Quanto a isso, Cassiavillani e Albrecht (2023) apontam que:

A oferta de Educação Sexual nas escolas pode contribuir de forma significativa para a diminuição das violências motivadas por questões relativas a gênero e sexualidade. Essa Educação Sexual precisa ir além das questões puramente biológicas, abordando diversas outras temáticas, como corpo, prazer, consentimento e violência, além das questões mais óbvias de gênero, sexualidade e diversidade. (Cassiavillani e Albrecht, 2023, p. 1)

No entanto, quando a educação sexual é retirada das esferas socioculturais e é moldada para ser estudada, com orientações e planejamentos, organização e

didática, restringindo-se à escola, transformasse em uma educação sexual a nível escolar, o que requer ainda mais preparo e capacitação de profissionais para saberem como atuar com esse tema. Assim, a educação sexual no ensino fundamental I, se torna um novo campo de estudo e aplicabilidade, com planejamentos, cuidados, tempo e objetivos claros. Assim, Cassiavillani e Albrecht (2023) afirmam que a escola:

[...] enquanto parte de uma sociedade com culturas e valores próprios, e sociedade, enquanto organismo moldado, dentre outros, pela escola, vivem uma complexa dinâmica de retroalimentação. Deste modo, ressaltamos a importância da promoção da Educação Sexual no ambiente escolar para que possamos, de alguma forma, promover mudanças que melhorem os cenários aqui descritos. (Cassiavillani e Albrecht, 2023, p. 4)

Quando a educação sexual chega na sala de aula, os alunos provavelmente já carregarão consigo conceitos e valores repassados pelo grupo social que faz parte, pela família ou pela cultura da região. Em decorrência disso, e por se tratar ainda de crianças em fase de desenvolvimento e construção de saberes, a educação sexual, guiada pelo educador, precisa não somente informar e ensinar, mas também levar à discussão, reflexão e questionamentos dos valores e conceitos pré-estabelecidos, para assim possibilitar uma nova visão da sexualidade e das práticas sexuais que circulam — correta ou erradamente — no meio social. Destarte, é relevante que a escola e o professor abordem sobre a temática em sala de aula, e sobre essa importância, Cassiavillani e Albrecht (2023) citam que:

Uma escola sem a presença da Educação Sexual perpetua violências e desigualdades, o que vai na contramão do que preconizam os documentos. Em um país em que sexo, gênero, sexualidade e violência estão tão interligados, professoras, professores e a escola possuem a responsabilidade de promovê-la numa perspectiva integral. (Cassiavillani e Albrecht, 2023, p. 18)

O ensino de educação sexual adequada deve proporcionar aos alunos do ensino fundamental, informações e espaços para reflexões sobre a sexualidade, bem como a prevenção de doenças e também de como identificar o início de algum abuso sexual vindo de algum adulto ou criança/adolescente mais velha. Com isso, os alunos, desde cedo, poderão desenvolver uma visão mais clara da sexualidade e seus vários aspectos, compreendendo melhor os comportamentos próprios e alheios. Isso acaba se tornando fundamental para a formação de atitudes de prevenção e de uma visão saudável sobre a educação sexual. Como expressa Figueiró (2009):

[...] a educação sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo, o direito a vivenciar o prazer (Figueiró, 2009, p. 163).

Nas escolas, a educação sexual deve abraçar, portanto, além de assuntos preventivos que tratem sobre a saúde sexual e de reprodução humana, discussões que possam abranger a vida em sociedade, os direitos humanos e à cidadania. O direito à informação sobre o conhecimento da educação sexual é um dos direitos que englobam os Direitos Humanos. A *World Association for Sexology* (Assembleia Geral da WAS), aprovou, no XIII Congresso Mundial de Sexologia em 1997, as emendas que tratavam da Declaração de Direitos Sexuais.

Por se tratar das séries iniciais do ensino fundamental, a base a educação, o educador, ao reconhecer a importância da educação sexual e lidar com ela de maneira mais “natural”, em qualquer que seja o momento, precisa, além de capacitado, estar de fato interessado no tema e sentir-se também confortável para abordar sobre a temática, vendo-a como positiva e necessária para a saúde física e psicológica de seus alunos.

2.4 Educação sexual na escola: perspectiva e objetivo

A educação sexual na escola tem como principal objetivo preencher as lacunas impostas pelos tabus ao longo das décadas, na tentativa de driblar a visão preconceituosa da sociedade. Além disso, busca capacitar o aluno enquanto ser social. Portanto, a perspectiva sobre a inserção da educação sexual nas redes de ensino, especificamente no Ensino Fundamental I, é entregar aos alunos ferramentas eficazes que os amparem e os protejam nas diversas situações que vivenciam dentro e fora dos muros escolares.

Um pensamento expresso pelo educador Paulo Freire (2005), ao trabalhar com o conceito de educar, enfatiza que a educação libertadora aconteceria se houvesse diálogos:

[...] O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os "argumentos de autoridade" já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (Freire, 2005, p. 44)

Um dos vários motivos que impossibilitam a inserção da educação sexual nas escolas, como discute Freitas *et al.* (2017), é a falta de políticas públicas que torne o assunto como tema obrigatório na grade curricular. Totalmente diferente do que ocorre no Brasil, na Europa, em países como a Finlândia e a Holanda, o ensino sobre a educação sexual já é tratado a mais de meio século. Helmer *et al.* (2015) comenta que estes países possuem grande destaque no que se refere aos temas sobre sexualidade nos currículos escolares, onde,consequentemente, as taxas de ISTs e gravidez precoce e/ou indesejada são extremamente baixas.

Flores (1994) propõe uma abordagem cultural-histórica para a educação sexual, destacando a importância de considerar as diferenças culturais e sociais na educação sexual das crianças. O autor argumenta que é necessário levar em conta as crenças, os valores e as práticas sexuais de cada cultura e comunidade, de forma a adequar o ensino da educação sexual às especificidades de cada contexto.

Caminha (1994), por sua vez, aborda a educação sexual a partir de uma perspectiva psicológica, enfatizando a importância do desenvolvimento emocional das crianças nessa área. O autor defende que esta educação deve levar em conta as emoções, os sentimentos e as questões afetivas relacionadas à sexualidade, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para que as crianças possam expressar suas dúvidas, medos e curiosidades.

2.5 O papel da escola na promoção da educação sexual no Ensino Fundamental I

Em uma entrevista para o jornal *online* Nexô, a educadora sexual e pedagoga Carolina Arcari comenta a respeito da necessidade de discussão sobre a sexualidade nas instituições de ensino, evidenciando que a educação sexual é uma das ferramentas mais eficientes para o combate contra a violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. É importante ressaltar que muitas pessoas defendem a educação sexual sendo um assunto abordado exclusivamente pela família, e isso

acaba por não acontecer, visto que, na maioria das vezes, os adultos geralmente não se sentem à vontade para conversar com crianças sobre o assunto ou não conseguem criar formas para a abordagem.

Arcari (2013) aponta também o fato de que 75% dos casos de denúncias de violência sexual envolvem o ambiente familiar, consequentemente, se essa educação ficar restringida apenas às famílias, as crianças não poderão ser informadas para estarem em condições de se protegerem. Se as famílias não conversam com as crianças, elas, inseridas na sociedade, aprenderão de outras formas, como por amizades ou pela mídia. A grande problemática é que isso pode contribuir para que crianças e adolescentes construam uma visão distorcida sobre vida sexual.

É imprescindível esclarecer também que é função da escola ensinar sobre sexualidade para os alunos, não porque os pais, na maioria das vezes, não sabem como abordá-la, ou porque existem problemas sociais ligados à vivência da sexualidade, como gravidez na adolescência e contaminação por IST e AIDS, mas, sobretudo, porque é função da escola como parte do processo de formação integral do aluno. Com relação ao currículo de educação para a sexualidade, não há um consenso, portanto, a ONU (2022) oferece instruções de como desenvolver e aplicar um currículo para o tema.

Trabalhar a educação sexual nem sempre é uma tarefa fácil. Muitas vezes os alunos não conseguem expressar suas dúvidas, além da vergonha por parte deles, visto que, os discentes geralmente sentem medo de sua pergunta transformar-se em motivo de piada com os colegas. Diante desse impasse, é necessário criar metodologias que ajudem a esclarecer dúvidas, de acordo com a idade. Por exemplo, crianças de três a cinco anos já podem aprender a identificar as partes íntimas e o que não pode permitir que façam com o seu corpo.

Segundo o Guia Criança Segura na Escola (2011), a partir dos cinco anos, as crianças já começam a ter noção do perigo, elas podem aprender noções de segurança pessoal, assim como já aprendem situações de risco, como atravessar a rua, ou sobre o perigo de alguns utensílios domésticos, como facas ou garfos, no entanto, se distraem com facilidade e podem ser facilmente persuadidas. A partir dos oito anos, deve-se iniciar um trabalho de informação sobre as condutas sexuais que são aceitas de acordo com crenças e convicções de cada família.

O ensino da sexualidade não pode se limitar apenas à aula expositiva, ainda que, em vários instantes, ela pode ser necessária, pois há conteúdos básicos que

precisam de explanação teórica por parte do professor. Apesar disso, é preciso cuidado para que não seja um monólogo, onde apenas o professor expõe, mas pelo contrário, que ele consiga desenvolver uma aula na qual o aluno participe de forma ativa, conforme defendem Ronca e Escobar (1984, p.39), em que o aluno é envolvido ativamente no processo de explicação do conteúdo, seja por perguntas nas quais o professor realiza, seja pela possibilidade de emitir opiniões, colocação de dúvidas e expressão de sentimentos e outros fatores.

É interessante levar os alunos para outro local, como o pátio da escola, ou colocá-los em círculo na sala, pois isso diminuirá a tensão, o que deixa a aula mais leve. É considerável entender que risos podem acontecer durante as aulas e é natural que aconteçam. O professor não deve impedir a espontaneidade do riso, mas propiciar que se manifeste, pois é uma forma de extravasar o constrangimento que, comumente, acompanha ao abordar o assunto.

A educação sexual na escola desempenha um papel fundamental na construção moral do ser social. Tendo como objetivo fornecer aos alunos informações precisas, transcendendo os tabus sociais. A escola como fornecedora de informações precisa se tornar um lugar seguro para os alunos, para que eles sejam vulneráveis e consigam expressar o que realmente sentem.

Em resumo, o papel da escola na educação sexual é fornecer ao alunado informações para respeitar o outro e a si mesmo, possibilitar ferramentas de proteção para ter noção de quando estiver passando por situações de abuso e, assim, com o auxílio do educador, ter um apoio emocional, pois “[...] se o ser humano tem a facilidade de aprendizado na fase infantil, porque não trabalharmos essas crianças neste momento de aprendizado?”. (Reis, W. In: Ribeiro, M. & Reis, W, 2007)”.

2.6 O papel da escola na prevenção e detecção do abuso sexual infantil

O abuso sexual praticado contra crianças tem sido visto como uma situação alarmante de cunho global. Perpassando por barreiras étnicas, econômicas, religiosas e sociais. Tal problemática é encarada como um sério desafio entre os profissionais da educação básica que acabam se deparando, quando percebem, com algumas destas ocorrências, nas quais sua grande maioria ocorrem em contextos familiares, o que explica, em muitas situações, o impacto negativo no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes, podendo desenvolver sintomas

psiquiátricos e alterações no comportamento. (Penrabel, 2020, p. 13).

Por conta disso, grande parte das crianças não conseguem revelar aos mais velhos os abusos sexuais que sofrem, e isso se deve a dois principais motivos: 1) temerem as possíveis consequências que sofrerão por parte do adulto abusador, caso este descubra; e 2) a inocência que ainda permeia a fase infantil, aliada à falta de instrução (Florentino, 2015), tanto no seio familiar quanto na própria escola e, assim, acaba achando os beijos, carícias e até mesmo o ato sexual, quando acontece, atitudes normais.

Dependendo da faixa etária, algumas crianças conseguem encontrar variadas formas de demonstrar seus anseios e medos aos adultos, mesmo que de maneira sutil, mas que na maioria das vezes passam despercebidos, e mesmo quando os sinais são claros, em algumas vezes, são ignorados (Sanderson, 2005). Uma comunicação ainda mais sutil é verificada nas crianças, já que ainda não conseguem relatar de forma clara as experiências de abuso sexual, sobretudo, são influenciadas ou ameaçadas a manterem o silêncio. As crianças mais velhas e até mesmo adolescentes também possuem dificuldades em se expressarem quanto a isso, já que a vergonha e o medo são fatores fundamentais que os impedem de denunciar o que sofrem para familiares próximos, ou de pedir a ajuda de algum profissional, como por exemplo, o professor (Libório, 2003).

Sanderson (2005) mostra a importância em ter atenção, especialmente nas alterações de comportamentos que a criança vítima de abusos sexuais apresenta. Alguns exemplos são: isolamento; mudança de personalidade; atos obscenos com objetos ou realizados sem nenhum motivo aparente; sinais físicos, como dores ou manchas, principalmente nas regiões genitais etc.

Barros (2016) alega que as escolas apresentam cada vez mais índices de diferentes tipos de violência, e a sexual também é uma realidade enfrentada. Cada vez mais chegam ao conhecimento das coordenações pedagógicas casos ou suspeitas de alunos que sofrem algum tipo de abuso sexual. Mesmo com este cenário alarmante, as redes escolares ainda apresentam uma grande escassez quanto ao combate a esse tipo de violência, o que revela ainda um sistema de ensino sem grandes preparos e ações para minimizar essa problemática.

A instituição escolar, designada para o ensino de seus educandos, também necessita, mais do que nunca, ter um olhar olístico, já que ela pode, através das práticas diárias e da convivência entre professor-aluno, descobrir situações

específicas das quais precisam de intervenção, podendo desta maneira orientar e construir ações de prevenção quando detectado sinais de violência e demais formas de explorações e abuso infantil. Para isso, Spaziani e Maia (2015) discutem que:

Visto que grande parte da rotina infantil se passa na escola, esse ambiente se configura como um local privilegiado para a detecção precoce da violência sexual infantil, bem como para a prevenção dessa modalidade de Violência, por meio da educação para a sexualidade. Isso porque a sexualidade infantil se expressa no contexto escolar, por meio de brincadeiras, Jogos, autoerotismo e conversas sobre o tema, bem como as crianças vítimas de violência sexual manifestam diversos indicadores em sala de aula. Entretanto, a depender da formação do/a professor/a sobre tais assuntos – ou a ausência desta – essas expressões da sexualidade infantil não são objetos de atenção e reflexão, sendo essas questões omitidas das crianças. (Spaziani e Maia, 2015, p. 61-71)

Em 2008, o Ministério da Educação (MEC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicaram um material sob o título *“Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes”*. Nesse ínterim, é perceptível a grande importância e influência que o espaço escolar tem para o combate ao abuso infantil, desde que contenha ações eficientes e um devido preparo e investimento profissional, para assim mudar a realidade de milhares de crianças que estão no ensino fundamental I. Consoante a isso, Faleiros (2004) alega veementemente que a escola:

[...] é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as Manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. A análise desse quadro social revela que as marcas físicas visíveis no corpo deixam um rastro de Marcas psicológicas invisíveis e profundas. Combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada. (Faleiros, 2004, p. 7)

Em face disso, nota-se que o papel da escola não é mais apenas o ensino tradicional e inflexível perpetuado desde longas décadas, mas também o de proteger crianças e adolescentes que dela fazem parte, já que é nesse espaço que estes passam longos anos de suas vidas. Além do plano de ensino-aprendizagem, a sala de aula também é fator determinante para a construção de relações humanizadas, dos valores, da cultura e dos direitos que regem a vida de seus sujeitos.

De acordo com Landini (2003), por conta da maioria do quadro docente não possuir nenhuma instrução quanto a orientar seus alunos na educação sexual, o trabalho em detectar e prevenir possíveis vítimas é ainda mais difícil. Por conta disso, muitos professores acabam optando em apenas ignorar quando verificam alguns dos sinais de abuso sexual, não fazendo as devidas notificações aos coordenadores e órgãos competentes.

Essas atitudes sugerem como fatores responsáveis pelos baixos índices de identificação da violência sexual pela escola: o desconhecimento, por parte das educadoras, do - ECA (1990) e das penalidades aplicáveis ao profissional que não denuncia a suspeita ou a ocorrência da violência; o desconhecimento das consequências da violência sexual sobre o desenvolvimento infanto-juvenil; e por fim, a necessidade de fatores altamente indicativos de violência sexual, tais como autorrelato e presença de sinais físicos. Na Esfera da sexualidade, a atual postura social antagônica e contraditória, que ora estimula a erotização e ora a pune, constitui um dos muitos obstáculos existentes para a intervenção e prevenção na problemática da violência sexual. Por outro lado, a estrutura dos cursos de formação de educadores, de modo geral, não os capacita para a identificação e intervenção nos casos de violência sexual (Landini 2003, p. 20).

Sendo a escola um espaço de prevenção no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, os professores são relevantes protagonistas nesse processo, a omissão diante dos casos detectados contribui para persistência da cultura do silêncio que perpassa esse tipo de violência. Cumpre dizer que o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente é composto por um conjunto de órgãos dos quais são responsáveis pela promoção, defesa e o controle na implementação das leis de proteção às crianças e adolescentes. Além da instituição escolar, é necessário salientar a existência de outros órgãos responsáveis pela defesa e proteção de crianças e adolescentes, embasadas por leis implementadas para essas finalidades.

3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EFICAZES PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

As práticas de ensino sobre a educação sexual necessitam ser contínuas, pois diante do cenário atual é importante o desenvolvimento de atividade inclusivas onde aconteça a promoção da equidade amparando todo o público escolar. Essa abordagem inclusiva prepara a sala de aula, deixando os alunos mais à vontade para expressarem seus medos e dúvidas sobre educação sexual.

As discussões em grupo, mediadas pelo professor no Ensino Fundamental I, são essenciais no processo de aprendizagem no que concerne a instrução sexual, pois possibilita a interação entre os alunos. São nesses momentos de conversa que acontecem as trocas de experiências e questionamentos levantados.

Várias são as possibilidades a serem utilizadas pelo educador, no intuito de levar a educação sexual às crianças, tais como filmes, documentários, jogos educativos e quaisquer outras atividades lúdicas que o educador julgar necessárias de acordo com a realidade e conhecimentos prévios da turma (Leal, 2011). Ademais, convidar profissionais especializados na área, para analisar o comportamento do educando por meio de projetos educativos, levando o conhecimento da temática de forma mais lúdica.

A partir disso, é importante observar os níveis de informação e curiosidades apresentadas pelas crianças. Assim, os conhecimentos devem ser transmitidos de maneira correta e inteligente, bem como cita Merleau-Ponty (1975):

A importância da informação propriamente dita varia de acordo com o grau de desenvolvimento da criança, mas ela não constitui jamais a totalidade, possivelmente nem mesmo o essencial da educação sexual, sobretudo quando dirigida aos muitos jovens (Merleau-Ponty, 1975, p. 28).

Uma estratégia eficaz no contexto escolar é a ludicidade que, de acordo com Leal (2011), envolve a criança no mundo da criatividade, onde ela tem a oportunidade de se expressar, descobrindo novas formas de ver o mundo e o ambiente em que vive. Além disso, por meio de leituras que demonstram situações do dia a dia, os alunos do Ensino Fundamental I estarão aptos a lidar com a apresentação da educação sexual, aprendendo acerca dos valores positivos sobre a igualdade de gênero, responsabilidade afetiva, respeito mútuo, conhecimento do próprio corpo e do que deve ou não deve acontecer quando em contato com o próximo, deixando-as assim,

aos poucos, capacitadas a identificarem toques e gestos “estranhos” vindo de adultos ou crianças mais velhas.

A contação de histórias é uma ferramenta de excelência, já que as crianças amam narrativas e acabam sendo atraídas pelos personagens, cenários e o próprio contexto que faz com que se identifiquem, relacionando o que ouvem com suas próprias vivências. Por isso, é importante que o educador escolha materiais com conteúdos que agreguem no processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, o professor é responsável em despertar no aluno o protagonismo nato de cada um, contrariando o pensamento pré-estabelecido da sociedade que vê a criança como incapaz de formular suas próprias opiniões e entender sobre assuntos “complexos” ou difíceis, tais como o abuso sexual.

Assim é fundamental que o professor crie situações para que o aluno possa produzir suas próprias aprendizagens, De acordo com Martins (1999):

Aprender a ler significa aprender a ler o mundo, e a função do educador não seria precisamente a de ensinar a ler, mas a de criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias, seguido as dúvidas e exigências que a realidade lhe apresenta (Martins, 1999, p. 34)

Infelizmente, são situações como essas que ainda há descrenças nas capacidades de aprendizagem e raciocínio das crianças, que levam a sociedade a retroceder e a contradizer a frase que todos gostam de proferir: “as crianças são o futuro do país”, sendo que o olhar não está voltado para elas. É necessário, portanto, que as bases escolares, familiares e políticas sejam repensadas quanto a isso, em maiores investimentos educativos para a formação de futuros adultos conhecedores sobre educação sexual .

Outra maneira atrativa de trabalhar sobre educação sexual no Ensino Fundamental I seria por meio de histórias em quadrinhos - HQs. As histórias em quadrinhos até hoje conseguem encantar um público de diversas faixas etárias, em especial ao infanto-juvenil, que vê nesse mundo uma forma atrativa de se identificarem e conseguirem expressar emoções e sentimentos (Lisbôa; Bottentuit Junior; Coutinho, 2009).

Com linguagem exclusiva, as historinhas contadas através de imagens se tornam meios de comunicação simples e direto para a expressão de ideias e propagação de conhecimento, oferecendo ao mesmo tempo inúmeras formas de exercitar a leitura. Além disso, as histórias em quadrinho oportunizam o

desenvolvimento de uma relação entre leitor e texto, em que há descobertas, desafios e ao mesmo tempo diversão (Vergueiro, 2004), uma vez que também é exercitada a imaginação durante o olhar atento às imagens e textos (Rittes, 2006).

O professor, adaptando os quadrinhos (e até mesmo desenhando-os de forma simples e manual), pode utilizar essa ferramenta para estimular o aluno e, conseqüentemente, tornar a aula sobre educação sexual algo leve e descomplicado, deixando a aula interessante. A partir disso, é possível averiguar a assimilação e aprendizagem das crianças quanto ao tema (Rittes, 2006; Vergueiro, 2004).

3.1 Transversalidade e educação sexual na sala de aula

Os temas transversais são caracterizados por um grupo de temáticas consideradas urgentes e necessárias, principalmente com o desenvolvimento da sociedade contemporânea e de suas necessidades. Assuntos como o meio ambiente, a saúde, a pluralidade cultural, o trabalho e a orientação sexual permeiam os conteúdos das grades curriculares atualmente, orientando e levando à reflexão nas comunidades, no meio familiar e, como não poderia faltar, na escola. Tais temáticas objetivam um olhar mais atento e crítico à realidade, na preocupação de construir cidadãos mais participativos, para assim uma transformação real e um bem-estar coletivo.

No que se refere à educação sexual, na década de 1990 ocorre a sua inserção nos currículos nacionais, depois de verificada a necessidade de instruções para o público jovem, devido aos grandes índices de gravidez indesejada e, por conseguinte, à preocupação do aumento de HIV e outras doenças sexuais, resultantes da falta de orientação e informação, o que resultava em um grande índice de relações sexuais sem nenhuma proteção (Brasil, 1998). Esses acontecimentos trouxeram à tona a urgência em criar medidas e projetos para uma conscientização populacional, sendo o espaço escolar o local mais favorável para esta empreitada, já que, como já mencionado, ainda perdura no espaço familiar o silêncio e até mesmo o preconceito da temática sexual para crianças e adolescentes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, foram um dos primeiros instrumentos utilizados pelo Ministério da Educação - MEC, na tentativa de incluir questões voltadas ao conhecimento sexual nas escolas brasileiras de educação básica. Este conhecimento foi apresentado para ser incluído em todas as disciplinas da grade curricular, de forma plena e transversal, como abordadas em uma das

primeiras versões da BNCC, onde é revelada a importância de:

Compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade. Exemplo: Reconhecer mudanças no organismo que ocorrem com a adolescência; reconhecer responsabilidades decorrentes de tais mudanças, relacionadas a comportamentos sociais e à sexualidade (Brasil, 2015, p. 182).

Desta maneira, ao trabalhar sobre assuntos de instrução sexual nas salas de aula, muitos temas precisam de abordagens e cuidados específicos, sendo o professor o responsável por um preparo prévio e, assim, trazer uma prática docente efetiva junto às crianças. Ao trabalhar de forma lúdica tabus e preconceitos criados pela sociedade, dentro da sala de aula, a educação sexual e suas finalidades devem conversar transversalmente com outros temas, como a ética, a saúde, o trabalho, o consumo, a pluralidade cultural e o meio ambiente (Brasil, 1998).

Portanto, verifica-se a grande relevância da união entre a transversalidade e a educação sexual como uma ponte que una o aluno ao conhecimento proposto. Nunes e Silva (2000) elucida isso ao dizer:

Todos esses chamados temas transversais preocupam-se legitimamente com questões da cidadania como a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e por conseguinte a corresponsabilidade pela vida social. [...] talvez a grande contribuição da execução pedagógica destes temas, é que devem ser os principais articuladores da vida, do pensamento e do trabalho com os interesses da maioria da população, o que deriva de uma maior consciência política do papel social da escola na sociedade [...]. (Nunes e Silva, 2000, p. 62)

Vistos como temas urgentes da sociedade, os temas transversais foram organizados a partir de alguns critérios relevantes de urgência social, propagação nacional, possibilidade de ensino e utilização no ensino fundamental I e, o de levar a uma maior participação dos cidadãos brasileiros.

Sobre a educação sexual e a sua urgência em ser discutida, tanto em sala de aula como fora desta, Figueiró (2000) já a defendia alegando que:

A Educação Sexual pôde ser incluída, então, por atender a todos os critérios acima. Penso que o fator mais decisivo foi, sem dúvida, a urgência social, o que é totalmente válido e fundamentado. Uma coisa fica clara: se não fossem os problemas que a vivência da sexualidade traz para a sociedade, ela não estaria entrando agora no currículo escolar. Ter sido incluída por esse critério pode interferir no sentido, para o professor, do ensino das questões da sexualidade. (Figueiró, 2000, p. 9)

Para Simonetti (1994) expõe que, apesar da educação sexual ajudar a diminuir

problemas como a gravidez precoce e/ou indesejada e a propagação de ISTs, é importante que os educadores — e não somente os de Ciência ou Biologia, vistos como os únicos responsáveis em levarem esse conhecimento aos alunos — consigam entender que é direito do ser humano, desde a infância, saber como conhecer o próprio corpo e sua sexualidade, adquirindo uma visão positiva dessa realidade.

Para que os temas transversais sejam inseridos de maneira efetiva nas escolas, os professores também devem atuar interdisciplinarmente, reunindo-se e planejando em conjunto diante de um ensino sistematizado que trabalha em diversos eixos temáticos. Mediante isso, as escolas, públicas e privadas, devem ser vistas como um verdadeiro local de trabalho, oportuno e instigador, pois como afirma Silva e Calestino (1995, p. 17) para que as pessoas se ‘organizem’ ou ‘sejam organizadas’, é preciso que se encontrem em seu cotidiano de trabalho, pois sem a presença física do trabalhador individual, o ‘trabalhador coletivo’ não se constitui, e o projeto político não se elabora.

3.2 Considerações sobre violência sexual na infância e na adolescência

Define-se abuso ou violência sexual na infância e adolescência como a situação em que a criança, ou o adolescente, é usado para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos (Adaptado de Abrapia, 1997).

Na idade medieval o pudor e a moral eram inexistentes, o que facilitava a prática do abuso mesmo que de forma intencional, visto que, os adultos tinham o costume de "brincarem" com as crianças. E esse ato de "brincar" com as genitálias das crianças era um hábito bastante propagado entre as sociedades da época.

Eles consideravam que a criança era indiferente a sexualidade e ao prazer, e por esta razão era possível divertir-se com ela dessa maneira. “Os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equivocadas” (Áries, 1981 p. 80,). Então, concluiu-se que na idade medieval tudo era lícito na frente das crianças, uma vez que a visão naquele tempo era que não existia malícia no toque.

Com o passar do tempo o olhar foi voltado à criança, foram criadas leis de segurança e até direitos que não existiam no Brasil, bem como a Lei 12.015/2009 que integra o Código Penal e protege as vítimas nos casos dos chamados “crimes contra a dignidade sexual”. No entanto os abusos são frequentes, pois a visão a respeito da educação sexual ainda é deturpada e as medidas não apresentam total eficácia, pois infelizmente o perigo não está fora de casa, mas muitas vezes dentro, tal que os abusadores podem estar por trás de vínculos familiares como pais, tios, avós, irmãos, ou vínculos próximos como vizinhos e amigos da família.

De acordo com Ribeiro (2013 *apud* Portilho, 2012), especialista em violência sexual do departamento de educação da Universidade de Lavras, em Minas Gerais, que aponta a importância de implantar nas graduações de licenciatura disciplinas obrigatórias que trabalhem a respeito da educação sexual, os casos de violência, e o abuso sexual, de modo a estarem aptos a identificar os casos e saber quais as medidas necessárias a serem tomadas quando estiverem lecionando.

Implantar um ensino de Educação Sexual nas escolas é primordial, pois instrui e constrói bases sólidas, inclusive sobre seu corpo e regras sobre ele. Para entender com clareza a importância da educação sexual na escola, é necessário ressaltar o conceito e as finalidades da educação sexual. De acordo com Nogueira et al. (2016), Educação sexual consiste em um conjunto de conhecimentos voltados para as questões da sexualidade e suas diversas facetas, como o corpo, intimidade sexual, emoções, além de promover a reflexão sobre princípios, crenças e questões proibidas relacionadas ao sexo. Os autores também ressaltam que as informações compartilhadas durante a educação sexual são um direito de todos os indivíduos. A UNESCO (2018) ressalta que:

Educação em sexualidade desempenha um papel central na preparação de jovens para uma vida segura, produtiva e satisfatória em um mundo onde HIV e AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez indesejada, violência baseada em gênero (VBG) e a desigualdade de gênero ainda representa sérios riscos ao seu bem-estar e, compreende e assegura a proteção de seus direitos ao longo de suas vidas (UNESCO, 2018, p.12).

3.3 A educação sexual de acordo com as leis que normatizam o ensino no Brasil

A escola é um ambiente democrático em que estão inseridos diversos indivíduos com identidades distintas. Cabe à escola o pleno desenvolvimento desses

indivíduos, levando em consideração aspectos relacionados a saúde e cidadania. A educação sexual como ensino no ambiente escolar é um tema causador de polêmicas pelo fato de ser um assunto ainda visto por algumas pessoas como privativo apenas para a família. Em contrapartida, tem-se uma grande necessidade da aplicação desse ensino por diversos fatores, desde as Infecções sexualmente transmissíveis- IST's, até a violência sexual.

Para isso, a escola deve abordar temas que ampliem a área de conhecimento do educando, trazendo para a sala de aula assuntos extraescolares que são de grande relevância na sociedade. Tendo em vista a relevância dessa temática atualmente, é necessário examinar como os órgãos reguladores da educação se portam diante ponto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, traz nos princípios do ensino em seu art. 3.º, onde menciona “a valorização da experiência extraescolar”; em que tal experiência deve proporcionar esse conhecimento sobre a sexualidade e suas abordagens, tratando de instruir o educando a como conhecer o seu corpo, se prevenir e agir diante de uma situação de atentado ao seu pudor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PNCs, vem prevendo a educação sexual a algum tempo. Em sua estrutura, ele apresenta a inclusão da Orientação Sexual como tema transversal nos currículos, assim, é dividido em duas etapas, sendo a primeira nas fases iniciais do Ensino Fundamental I (do 1º ao 4º ano) com a apresentação da metodologia de ensino, objetivos e postura da escola e educadores. A segunda etapa, ocorre nas fases finais do ensino fundamental I e II (5º ao 8º ano), referindo-se aos conteúdos que serão trabalhados dentro de um espaço específico na escola.

O documento apresenta em sua estrutura um aporte teórico e metodológico bem estruturado, com temas contemporâneos de grande relevância. Apresenta metodologias de como se dá a efetivação, promoção e a aplicação da educação sexual no ambiente escolar, garantido a cidadania e o respeito mútuo entre as relações de gênero.

O Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), instituído pela Lei nº 8.642/93 lançou em 1994 uma cartilha que promove os cuidados sobre a sexualidade da criança e do adolescente. Sendo assim uma forma de chegar até a população de forma geral, conscientizando adultos, jovens e crianças. De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) prevê

que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, p.132).

Dessa forma os cuidados com a sexualidade e sua instrução no ensino é dever de ambas as partes, agindo de forma sincronizada, promovendo o conhecimento de maneira a conscientizar na prevenção dos males, uma vez que o entendimento de forma equivocada sobre a sexualidade visualizado na sociedade, causam prejuízos às crianças e adolescentes.

O Ministério da Educação tem promovido ações para incluir o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, nos currículos e práticas escolares. A perspectiva é de materializar o que é estabelecido pela Lei 11.525/2007, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão do conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental(MEC, 2018).

A atual Base Nacional Comum Curricular - BNCC, homologada em 2017 não apresenta em sua estrutura os conteúdos relacionados à educação sexual ou orientações sobre a sexualidade, sendo suprimidas do documento em seu texto final. Isso se deu por conta das críticas de grupos sociais conservadores contrários ao ensino da sexualidade nas escolas.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação - PNE, teve as palavras gênero e orientação sexual suprimidas. A frase “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi modificada e em seu lugar foi publicada “erradicação de todas as formas de discriminação”. Em 2015, foi a vez dos Planos Municipais da Educação (PME), que igualmente tiveram retirados os trechos em que apareciam as palavras diversidade sexual, orientação sexual e gênero (Semis, 2017).

Transparece assim, um estado com pensamentos de retrocesso, no que concerne a um fator socioeducacional importante para o desenvolvimento da saúde e cidadania no país, tendo como principais protagonistas grupos conservadores com uma visão arcaica sobre as relações de gênero e sexualidade existentes na sociedade.

3.4 Programas de prevenção ao abuso sexual infantil

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, juntamente com a Constituição Federal, promulgada em 1988 (BRASIL, 1988), junto à Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes aprovada em 1989, instituiu novas reflexões no que se refere aos direitos das crianças. Dessa maneira, o público infanto-juvenil passou a ser visto com um olhar mais cuidadoso pela sociedade e demais autoridades.

Por meio da influência do ECA, foram observadas novas mudanças para a abordagem de problemas relacionadas às crianças e adolescentes, o que consequentemente trouxe, dentro das políticas públicas, novas modificações. Através do novo estatuto, as crianças brasileiras estiveram sob a proteção e prevenção do combate à violência em todas as suas esferas, trazendo também, mais do que nunca, a participação da população.

No ano de 1997, agentes do poder público, junto à Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência - ABRAPIA, criaram o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil, funcionando por meio de serviço de telefonema gratuito (0800-99-500). A parceria entre os dois órgãos tinha como intuito estimular a população a denunciar casos de exploração e abuso sexual infantil, buscando assim combater de forma direta essas situações. Além desses fatores já citados, é importante ressaltar a existência de outros grupos com o mesmo objetivo, tais como a mídia, o governo e empresas privadas que buscam trazer um olhar para a realidade da criança e do adolescente, no combate ao abuso e à exploração de seus corpos e direitos.

Siems, Pimentel e Lirio (2006) utilizam da ideia de De Antoni & Koller (2002) sobre o conceito de abuso sexual, em um pequeno documento voltado para gestores escolares e professores para o enfrentamento desta violência. Isso ocorre por meio de um trabalho em equipe entre a Organização Internacional do Trabalho e a Universidade Federal de Roraima. O pensamento de Antoni & Koller(2002) defende que o abuso sexual:

São contatos ou interações sexuais entre menino ou menina e pessoa com mais idade, com mais experiência –adulto ou até mesmoadolescente mais velho [...] A criança é utilizada como objeto de prazer para outra pessoa satisfazer suas necessidades sexuais. Esses contatos podem ocorrer mediante força, promessas, coação, ameaças, manipulação emocional, enganos, ou pressão. (Antoni & Koller, 2002, p. 85, 91).

No que se refere ao abuso sexual, o Ministério público do Estado do Piauí (MPPI) considera como:

Qualquer forma de contato e interação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente em que o adulto, que possui uma posição de autoridade ou poder, utiliza-se dessa condição para sua própria estimulação sexual, para estimulação da criança ou adolescente ou, ainda, de terceiros. (MPPI, 2021, p. 3).

Conforme Renk, Liljequist, Steinberg, Bosco e Phares (2002), o trabalho no combate ao abuso sexual nas escolas norte-americanas, por exemplo, vem sendo uma realidade que tem alcançado pais, crianças, professores e até mesmo os próprios agressores. Em relação aos pais e seus filhos, os esforços de prevenção surtem efeitos positivos, ao passo que para os professores ainda não é o suficiente para o saneamento total deste problema. Em relação aos agressores, a mídia emprega esforços contínuos que tenta estimular a consciência da população sobre a violência e abuso sexual, incentivando os possíveis agressores a buscarem ajuda.

É fato que qualquer criança, independente da etnia, raça, religião ou situação econômica é uma vítima em potencial a ser molestada por “estranhos”. Elas, por serem dependentes dos adultos, tendem a confiar nos adultos, especialmente quando carecem de informações que as alertem em relação ao abuso sexual. Os efeitos dessa violência são altos, principalmente em ordem psicológica. Sobre os agressores, estudos apontam que muitos também foram abusados quando crianças e não foram “curados” da experiência traumática, o que ajuda a influenciá-los em um “ciclo” por um desejo sexual em crianças (Tobin e Kessner, 2002).

A tarefa da família em conversar com os filhos sobre a exploração e o abuso contra menores apresenta ser um diálogo difícil. Conforme Gordon e Schroeder (1995), os responsáveis pelas crianças e jovens apresentam diversos argumentos para não falarem sobre determinados temas com seus filhos, nas quais as mais comuns são: “esses assuntos podem causar medo nas crianças”; “o tema é muito complexo para discutir”; “a criança ainda é muito jovem para esta conversa” ou ainda “é função apenas da escola abordar esse assunto”. Informar também os pais e responsáveis sobre como educar suas crianças em relação à educação sexual pode capacitá-los para também eles próprios saberem proteger seus filhos de possíveis abusadores, fora e dentro do seio familiar, garantindo assim maior segurança no lar.

No Brasil, alguns projetos visam a prevenção do abuso sexual de crianças e

adolescentes, como por exemplo a famosa Campanha “Botando a boca no mundo”, iniciativa esta do Piracema (Projeto Piracema, 2001), o CECRIA (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes), que une diversos pesquisadores na área de violência contra as crianças, onde o grupo já produziu alguns trabalhos, sendo os mais conhecidos “Conceitos de Exploração e Abuso sexual de Crianças e Adolescentes” (1999), “Fundamentos e Políticas contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes” (1998), “Curto-circuito no atendimento do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes no DF” (2001), dentre alguns outros (Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes, 2001).

No Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade São Carlos, Brino e Williams (2006), executaram um projeto sobre a funcionalidade de um programa que capacitasse professoras para atuarem diretamente como agentes de prevenção primária e/ou secundária em prováveis situações de abuso sexual, deixando as crianças aptas a saberem como se proteger do abuso. Dessa maneira, as mães também receberam treinamento para um olhar atento aos sinais apresentados por seus filhos diante de abusos sexuais. Assim, é possível garantir a segurança dos filhos, especialmente das crianças que ainda não conseguem se expressar de uma maneira clara quando submetidas a situações traumatizantes.

O projeto executado por Brino e Williams (2006) reuniu 101 educadores de pré-escola da rede pública de ensino em São Carlos – SP, onde houve também a participação de 2.918 crianças, alunos dos educadores, e 2.732 familiares. Ao todo, os docentes receberam uma capacitação dividida em 12 sessões semanais.

O tema de abuso sexual foi trabalhado a partir de apresentações com ferramentas audiovisuais, leituras *role-playing*. Os professores participantes organizaram *workshops* com os parentes das crianças, e assim todos puderam conversar sobre a exploração e abuso sexual, buscando intervenções e medidas de proteção.

Durante as sessões, foram medidos os conhecimentos dos professores sobre o abuso sexual e como identificar casos suspeitos cometidos por estranhos ou familiares. Os resultados revelam que o projeto foi bem sucedido, encorajando dessa forma a realização de outros programas que abordassem a prevenção do abuso sexual no território brasileiro.

Wurtele, Salawsky, Miller, Mars e Britcher (1986) afirmam que os programas e projetos de prevenção objetivam orientar as crianças a saberem como agir diante de situações vistas como inapropriadas, rejeitar induções e fugindo do ambiente, para

depois contar para alguém sobre o ocorrido.

Gibson e Leitenberg (2000) constaram que os projetos de prevenção estão completamente alinhados a um desejo de diminuir as ocorrências de abuso sexual contra crianças. Os autores revelam também uma certa preocupação dos estudiosos sobre os possíveis efeitos que os projetos possam vir a ter sobre a mentalidade das crianças. Entretanto, nos estudos realizados pela equipe, foi possível notar que a participação dos jovens nos programas de prevenção ao abuso sexual não influenciou de forma negativa o desenvolvimento sexual das crianças no início de suas fases adulta.

Azevedo e Guerra (1995) mostram que projetos educacionais bem-sucedidos que buscam alertar e prevenir o abuso sexual contra crianças e adolescentes devem estar alinhados sob três bases fundamentais, garantindo assim o seu sucesso: um olhar positivo da sexualidade humana infantil, uma sociedade cuja cultura saiba dizer “não” à sexualidade unida à violência e uma educação ativa de gênero igualitária e democrática.

De acordo com Repucci e Hagaard (1989), os programas que ajudam a prevenir o abuso sexual podem ser bastante diversificados. Alguns projetos são realizados apenas por meio de apresentações, enquanto outros podem ser executados em várias sessões. Geralmente, os projetos cuja duração é curta, conseguem lidar apenas com o assunto central que é a “prevenção contra o abuso sexual”. Já iniciativas cujo tempo é mais duradouro, apresentam uma maior variedade de assuntos sob diversas situações do cotidiano.

3.5 Formação docente sobre a educação sexual infantil no Ensino Fundamental I

Nas redes de ensino fundamental I, o papel do docente sobre a educação sexual divide opiniões. Por um lado, há professores que acreditam que, através da educação sexual, as crianças podem ter um desenvolvimento saudável no que se refere aos seus corpos e aos limites existentes quando em contato com o adulto. Esses professores tentam integrar, quando possível e, principalmente, por meios de atividades e/ou projetos aliados aos temas transversais, a educação sobre a sexualidade com seus alunos.

Em contrapartida, com receio de ofender as famílias dos alunos e serem mal interpretados, existe o grupo de educadores que evitam adentrar nesses assuntos,

delegando a responsabilidade a terceiros. Além disso, um terceiro grupo seria o de docentes que se sentem despreparados pela falta de capacitação inexistente nas escolas, o que os deixam desorientados sobre como abordar tais assuntos de maneira produtiva e transformadora.

Devido aos pais ainda não darem a devida atenção às conversas sobre educação sexual com seus filhos, a responsabilidade dos professores quando encarados para assumirem essa função só aumentam (Asinelli-luz; Dinis, 2007). A educação sexual deve ser alicerçada sob um tripé de informações que advém da família, da escola e de outros meios que possam de alguma maneira sensibilizar a criança e o adolescente, por meio da televisão, revistas e internet.

Em decorrência dessa falta de informação desde cedo, os alunos não conseguem absorver correta e seriamente as informações apresentadas em sala de aula quando estão no Ensino Fundamental I, e acabam, assim, desenvolvendo — por falta de conhecimento sexual e do próprio meio social que acaba influenciando — comportamentos constrangedores e algazarra exacerbada que afeta colegas de turma e até mesmo o próprio professor, impedindo uma aprendizagem para a vida. Sinais obscenos, comparações de órgãos sexuais e piadas são alguns dos exemplos que conseqüentemente tornam a aula uma “piada”. Isso acaba gerando no profissional dúvidas sobre a eficácia ou não em trabalhar a educação sexual com crianças e jovens.

O professor, em concordância com as abordagens propostas pelos PCNs, deve adentrar na educação sexual de maneira objetiva, mas sutil, através das indagações surgidas dos alunos. O docente, satisfazendo as curiosidades dos educandos, principalmente de crianças do ensino fundamental I, onde tudo é novidade, precisa sempre ter o cuidado da utilização de vocabulário simples, compreensível e, acima de tudo, lúdico.

Altmann (2003) explica que a importância deste tema na escola está vinculada a uma preocupação e cuidado de ordem epidêmica, com uma alteração nos comportamentos sexuais padronizados e, assim, com a perspectiva de uma gravidez, por exemplo, tardia. Waideman (2003) confirma com esta ideia ao mencionar a disseminação da AIDS por parte de jovens surpreendidos pela doença. Isso só reafirma a necessidade da criação de um projeto mais eficaz na escola, contra esta doença, tais como outras.

Frison (2002) menciona que os educadores não conseguem trabalhar com

temas voltados à sexualidade, já que esse tema, em suas formações, sequer foi abordado, o que ajuda a dificultar conhecimentos e bases norteadoras para esse trabalho em sala de aula. Com urgência, a introdução dos PCNs revela a necessidade dos estudos, reflexões e debates sobre a formação docente (Figueiró, 2006). O despreparo da escola precisa ser vista pelos poderes públicos e enfrentada (Silva, 2004), o que implica que:

Os órgãos governamentais também devem oferecer uma formação continuada de qualidade (cursos de especialização, aperfeiçoamento, capacitação...) e proporcionar melhores condições estruturais de trabalho, e, é claro, valorizar o trabalho do educador. É necessária uma “parceria” entre os órgãos governamentais, a escola, o professor, a família e o aluno. Enfim, não se pode permitir que esse trabalho se concretize no diletantismo ou dependa de “boa vontade” daqueles idealistas que se sentem impelidos a lutar por uma causa nobre. (Reis e Ribeiro, 2002, p. 94-95).

Profissionais da área da Sexualidade e Educação Sexual alertam para a necessidade de investimentos nas formações iniciais e continuada dos professores da Educação Básica, em especial a série que se ocupa este trabalho, voltados para essa temática. A importância de procurar subsídios para aplicação da temática na escola é indiscutível. No entanto, para que isso ocorra, é necessário incentivo dos órgãos responsáveis pela educação, sejam regionais, locais, etc, por meio de formações continuadas, palestras, entre outros (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Madureira; Branco, 2015). Além disso, também é imprescindível que o educador tenha iniciativa de procurar formações a respeito da temática, pois, com isso, a taxa de doenças sexualmente transmissíveis, abusos, explorações e violências sexuais, principalmente com crianças, poderão ser diminuídas consideravelmente .

4. METODOLOGIA

Este capítulo descreve o percurso metodológico desta pesquisa, que se apoia nos pressupostos teórico-metodológicos de Prodanov e Freitas (2013, p.14), “a Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica”, ou seja, é um caminho no qual o pesquisador irá descrever seus métodos e técnica de pesquisa que possibilitam chegar em seus resultados. Antes, porém, descrevem-se rapidamente os procedimentos de investigação, os instrumentos da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, o *lócus* da pesquisa, o procedimento de análise e por último, os diálogos com os resultados.

4.1 Procedimentos de Investigação

Este trabalho se pautou em uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa tem como enfoque de reunir informações e dados que irão ajudar na construção da investigação do tema proposto. Gil (2002) destaca a importância desse levantamento para a obtenção de um embasamento teórico consistente, que permitirá a compreensão sobre o tema em estudo. Prodanov e Freitas (2013, p.54) apontam que “na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”. Seguindo essa abordagem, será realizado um levantamento sistemático de informações relevantes que abordem as principais teorias e conceitos relacionados ao tema, bem como estudos empíricos anteriores que tenham abordado aspectos semelhantes.

O presente estudo também consiste em uma pesquisa aplicada de caráter exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória visa investigar e compreender a relação entre determinados fenômenos dentro do campo de estudo. A pesquisa exploratória, de acordo com Prodanov e Freitas (2013):

Tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. (Prodanov e Freitas 2013, p. 51).

A pesquisa se pauta em exploratória, que diz respeito a consonância com as abordagens de Gil (2009), permitirá uma investigação mais ampla e aprofundada sobre o tema em estudo, fornecendo subsídios teóricos para o desenvolvimento de análises consistentes. Além disso, a utilização de fontes primárias e secundárias contribuirá para a obtenção de uma visão abrangente e embasada sobre o fenômeno em questão.

Em suma, a pesquisa exploratória se mostrará um método adequado para a investigação do objeto de estudo, permitindo a compreensão aprofundada dos fenômenos envolvidos e fornecendo aparatos valiosos para a construção de um arcabouço teórico consistente. A coleta de informações por meio de fontes primárias e secundárias, aliada a uma abordagem cuidadosa e planejada, garantirá a obtenção de dados confiáveis e relevantes para a análise e interpretação dos resultados.

Além disso, segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória permite o estudo por diversos prismas, envolvendo, em especial nesta pesquisa a entrevista “entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. (Prodanov e Freitas, 2013, p. 52).

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever o máximo possível sobre o assunto estudado, apresentando características, conceitos, para assim, analisar a relação de variáveis definidas do tema. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), esse tipo de pesquisa “procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”. Além disso, “envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 52). No caso deste trabalho foi feita a descrição dos dados coletados, com o intuito de coletar dados e analisar.

4.2 Instrumentos de pesquisa

O estudo se deu a partir da realização de observação, uma entrevista e questionário aberto preenchido por docentes da U.E.F. Sebastião Moreira Maranhão, em que as perguntas foram direcionadas a respeito da educação sexual na escola, tais como: se o tema é trabalhado, como é trabalhado, quais as dificuldades que os docentes encontram ao trabalharem a temática, entre outros.

Para aplicação da pesquisa, a pesquisadora precisou fazer anteriormente uma

visita a escola, para observação do espaço, conhecimento do corpo docente, e gestor da escola. Para isso, a autora se dirigiu a escola para observação e conhecimento dos docentes dia 21 e 23 de novembro. No dia 26 de fevereiro, a pesquisadora aplicou a pesquisa com os educadores, em formato de entrevista e questionário (Prodanov e Freitas, 2013). O questionário ao todo contou com 9 perguntas discursivas.

4.3 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com 02 docentes da Unidade Escolar Fundamental Sebastião Moreira Maranhão, 01 professora do 3º e outra do 5º ano do Ensino Fundamental I.

4.4 *Lócus* da pesquisa

Figura 1: UEF Sebastião Moreira Maranhão



A UEF Sebastião Moreira Maranhão é localizada na rua Bom Jesus, no bairro Setúbal, em Bacabal - MA. A escola atende seis turmas, do 1º ao 5º ano, no turno matutino e vespertino. A instituição possui 3 salas de aula, 1 sala de informática, 1 sala dos professores/ secretaria, 1 banheiro com acessibilidade, 4 banheiros masculinos, 4 banheiros femininos. Ao todo, a escola contém 142 alunos.

4.5 Procedimentos de análise

A análise de dados terá abordagem qualitativa, pois nela é levado em consideração a “análise de conteúdo; construção de teoria; análise de discurso”. (Prodanov E Freitas, 2013, p. 115). Além disso, esse tipo de análise se preocupa em

fazer apontamentos de maneira mais profunda, esmiuçada e sistematizada de acordo com o que busca o trabalho.

4.6 Diálogos com os resultados

Para dado de análise deste trabalho, foi selecionado um questionário, em que duas professoras da escola pesquisada responderam perguntas sobre o desenvolvimento a respeito da educação sexual na escola. Ao todo, o questionário conta com nove perguntas discursivas. As professoras participantes são identificadas como professora 1 e professora 2.

QUESTIONÁRIO

QUADRO 1

1. Qual é a sua experiência em ensinar educação sexual? Caso tenha tido essa oportunidade, como foi a reação dos alunos? Se ainda não teve essa experiência, como você vê a possibilidade de implementar esse conteúdo?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
<i>A experiência que tenho é sobre aulas de autoconhecimento, levar o aluno a perceber o seu corpo e não permitir certos toques. A reação dos alunos é bem positiva, pois percebo que já tem esse conhecimento de casa.</i>	<i>Minha experiência é limitada a discussões sobre saúde e bem-estar, especialmente durante aulas de ciências. Nessas ocasiões, oriento os alunos sobre mudanças no corpo e respeito aos limites pessoais. A reação costuma ser de curiosidade, mas também surgem brincadeiras, principalmente entre os meninos, o que requer mediação cuidadosa.</i>

Diante da análise das 02 respostas das educadoras, é perceptível que o assunto não é algo distante da realidade da sala de aula, pois ambos trabalharam a anatomia em sala. É perceptível também que em um dos casos os alunos já estão familiarizados com o assunto, e já o outro, os alunos não demonstram ter tanto conhecimento sobre, ou já tiveram de maneira equivocada, já que existem brincadeiras a respeito da temática.

QUADRO 2

2. Você considera a educação sexual um tema importante a ser abordado na escola? Por quê?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
<i>Sim. O conhecimento é algo libertador que nos salva de diferentes situações. E a educação sexual faz com que nossas crianças percebam com mais clareza qualquer situação de abuso.</i>	<i>Com certeza. É um tema fundamental para que as crianças aprendam sobre seu próprio corpo, reconheçam situações de risco e desenvolvam senso de responsabilidade e respeito nas relações interpessoais.</i>

De acordo com o que foi coletado, ambas as professoras apontam reconhecer a relevância da temática na escola. Dessa forma, visualiza-se que as docentes partem do princípio em que o conhecimento por parte dessas crianças a respeito do assunto ajudará as crianças se protegerem e perceberem situações de abuso.

QUADRO 3

3. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados ao ensinar educação sexual na escola?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
<i>Com os alunos maiores, o desafio são as brincadeiras.</i>	<i>Um dos maiores desafios é lidar com a resistência de algumas famílias, que acreditam que abordar essa temática pode incentivar comportamentos inadequados. Além disso, é difícil manter os alunos mais velhos focados, devido ao nível de imaturidade e às brincadeiras comuns nessa idade.</i>

No que tange a resposta das educadoras na terceira pergunta, é verificável que a professora 1 aponta apenas a imaturidade dos alunos relacionado ao tema, já a professora 2 designa além das brincadeiras imaturas dos alunos, a resistência dos pais quanto a temática, pois eles deturpam a finalidade do assunto.

QUADRO 4

4. Você se sente à vontade para abordar a temática da educação sexual com seus alunos? Caso contrário, o que impede ou dificulta essa abordagem?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
<i>Me sinto à vontade, só não tenho tanto conteúdo para isso. Na verdade, não programei muito essa abordagem.</i>	<i>Me sinto relativamente à vontade, mas percebo que me falta preparo e conhecimento aprofundado para abordar questões mais sensíveis. Isso me deixa insegura em alguns momentos.</i>

A resposta das docentes representa que ambas não possuem formação, ou ainda orientação para abordagem em torno da temática. Assim, nota-se que há uma certa insegurança em relação a apresentação do tema aos alunos por conta da falta de preparo.

QUADRO 5

5. A escola promove atividades de conscientização sobre educação sexual? Se sim, de que maneira?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
Não.	Não. Até o momento, não há projetos ou atividades voltados para o tema.

No que concerne a resposta das educadoras, a escola não promove ou incentiva projetos ou atividades relacionados ao tema. Destarte, observa-se essa deficiência de acordo com o que o que concerne a temática.

QUADRO 6

6. Você tem conhecimento de algum caso de abuso sexual que ocorreu na escola? Como a instituição lidou com essa situação e qual foi a sua participação?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
Não.	Não tenho conhecimento de casos desse tipo na escola.

Conforme o que foi coletado, diante das respostas das docentes, ambas não souberam de casos de alunos que sofreram abuso sexual que estejam matriculados na escola.

QUADRO 7

7. Na sua visão, quais são os maiores obstáculos para implementar a educação sexual na escola?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
A visão de alguns pais e a sociedade, que com pouca informação, acreditam que essa disciplina serve apenas para motivar os alunos a fazerem o que "julgam" não ser o certo.	A desinformação de alguns pais e a influência de preconceitos culturais são barreiras significativas. Muitos pais enxergam a educação sexual como um tabu, dificultando o diálogo e a aceitação do tema.

De acordo com a resposta das educadoras, os maiores obstáculos estão relacionados a preconceito por falta de conhecimento do tema, o que afeta a percepção dos pais e responsáveis dos alunos, enrijecendo o diálogo e o acolhimento

do tema.

QUADRO 8

8. Você gostaria de ampliar seus conhecimentos sobre educação sexual?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
<i>Sim, gostaria muito.</i>	<i>Sim, gostaria muito.</i>

Diante das respostas das educadoras, é perceptível como ambas têm interesse em se aprofundar na temática. Dessa maneira, é importante verificar a relevância de uma formação para as professoras, seja por parte da instituição ou por iniciativa do professor.

QUADRO 9

9. Você já enfrentou dificuldades relacionadas à falta de recursos ou ao apoio institucional ao desenvolver ou ministrar aulas sobre educação sexual? Se sim, poderia compartilhar como isso impactou sua prática pedagógica?	
Resposta da professora 1:	Resposta da professora 2:
<i>Fiz apenas uma aula sobre este tema. Então não houve tantos recursos.</i>	<i>Sim, sinto falta de materiais didáticos e de uma orientação clara por parte da escola sobre como incluir o tema no currículo. Isso acaba limitando minha abordagem ao tema a momentos pontuais, como discussões em aulas de ciências.</i>

No que concerne o resultado da última pergunta, as docentes apontaram que não há recursos para trabalhar o assunto em sala, bem como a falta de orientação por parte da equipe gestora da escola sobre a temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se interessou em verificar a contribuição da educação sexual em sala de aula para o combate ao abuso sexual infantil. Assim, o seu objetivo mais geral foi compreender a educação sexual como ponte para a construção de diálogos sobre o abuso sexual infantil e as possibilidades didáticas para sua prevenção; e como objetivos específicos: verificar a importância da educação sexual no Ensino Fundamental I; apontar as estratégias didáticas para prevenção do abuso sexual infantil; averiguar o papel da escola na precaução ao abuso sexual infantil. Diante da discussão dos resultados, percebeu-se que o que foi proposto por meio educação sexual para o combate ao abuso sexual designa-se eficaz, pois por meio do que foi apresentado, como as estratégias conforme a abordagem da temática em sala, consoante ao nível de série, a faixa etária, corroboram de forma positiva para o confronto ao abuso sexual infantil.

Sabe-se que para contextualização a respeito da educação sexual para o combate ao abuso em sala, é necessário também que seja colocado em prática as formações para os professores sobre a educação sexual, como foi apontado neste trabalho pelos teóricos Frison (2002); Figueiró (2006); Reis e Ribeiro (2002), ou ainda a necessidade da iniciativa do educador a procurar essa formação. Essa reflexão se dá também por meio do que foi recolhido no resultado da pesquisa, em que as docentes apontam que não possuem formação, e que a escola não estimula, orienta ou fornece subsídios a esse respeito.

Tendo em vista a pergunta de pesquisa abordada na introdução: De que forma as estratégias didáticas, no que concerne à educação sexual em sala de aula, podem auxiliar no combate ao abuso sexual infantil? conclui-se que as contribuições são positivas no que corresponde a inserção da educação sexual em sala, e eficaz para o combate ao abuso sexual infantil.

Esta pesquisa se estabeleceu com a intenção de apontar a educação sexual e as possibilidades didáticas em torno do combate ao abuso sexual infantil, o papel da escola na precaução, e a importância da abordagem do tema em sala de aula, em especial, no ensino fundamental I. Espera-se que este estudo tenha contribuído para educação sexual na escola como preventora ao abuso sexual infantil. Estima-se que outras pesquisas como esta sejam desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA - **Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência**. Do marco zero a uma política pública de proteção à criança e ao adolescente – 0800-99-0500. Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil. Rio de Janeiro: Abrapia, 2004.

ALTMANN, H. **A construção social da orientação sexual em uma escola**. In: Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED: novo governo, novas políticas. Poços de Caldas: ANPED, 2003. CD-room.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASINELLI-LUZ, A.; DINIS, N. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. Editora UFPR. Educar, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007.

AZEVEDO, M.A & Guerra, V.A (1995) **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe Editorial.

BARNETT, D. (1997) **The Effects of Early Intervention on Maltreating Parents and their Children**. In: M. Guralnick (ed.) *The Effectiveness of Early Intervention*. (pp. 147 a 170) Baltimore: Paul Brooks Publishing Co.

BARROS, R. D.; WILLIAMS, L. C. A; BRINO, R. F. **Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental**. In: Revista Brasileira de Educação Especial.v.14 n.1, Marília Jan./Apr. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990**. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Lei nº 13.415 de 2017..** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 23 jul. 2022.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRINO, R.F; WILLIAMS, L.C.A. (2006) **Brazilian teachers as agents to prevent child abuse: Na intervention assessment**. In: D. Daro (org.) *World Perspectives on Child Abuse*. (pp. 75-78) International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect – ISPCAN: Chicago, Illinois, USA. (7ª. Ed.)

_____. **Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7073>. Acesso em: 08 de abr. 2023.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. **Educação sexual**: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de dez. 2024.

CENTRO DE REFERÊNCIA. **Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes**. (2001) Disponível em: www.cecria.org.br. Acesso em: 12 de out. 2023.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRIANÇA SEGURA NA ESCOLA. **Guia criança segura na escola**: a prevenção de acidentes no currículo escolar. Disponível: <https://criancasegura.org.br/wp-content/uploads/2021/03/10-1.pdf>. Acesso em: 29 de dez. 2024.

DANTAS, G. C. S. **Educação Sexual**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/educacao-sexual.htm>. Acesso em: 14 mar. 2022.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. **Violência Doméstica e Comunitária**. In: CONTINI, M. L. J. & KOLLER, S. H. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p 85-91.

ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. **Promover a educação sexual nas escolas**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Educação Sexual: o que é e como funciona em outros países? Disponível em: <https://www.politize.com.br/educacao-sexual-o-que-e-e-como-funciona-em-outros-paises/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. **Promover a educação sexual nas escolas**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Educação Sexual: o que é e como funciona em outros países? Disponível em: <https://www.politize.com.br/educacao-sexual-o-que-e-e-como-funciona-em-outros-paises/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2004.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual no Brasil: Estado da Arte de 1980 a 1993**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Educação sexual**: como ensinar no espaço escolar. In: _____. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.141-171.

_____. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola**.

Anais do I Congresso da Educação Inclusiva. Ourinhos, 2003. p. 39- 58.

_____. (org.) **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2000.

_____. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

_____. **Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo**. Nuances, v. IV, p. 123-133, 1998.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144. , maio-ago. 2015.

Flores, R. Z.; CAMINHA, R. M. (1994). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto**. Revista de Psiquiatria do RS, 16, 158-167.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FREITAS M, *et al*. **Curso de formação de professores (as) por meio do programa educação sexual em debate na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2017; 12(2): 1130-1141.

FRISON, L. M. B. **Desafios da orientação sexual no contexto escolar**. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 32, jul/dez, 2002. p. 207-218.

GAZOLLA, M.A.; TOLEDO, G. S.; PINTO, M. S. **A importância da Educação Sexual nas escolas**. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/194075/MARIANA-DE-ARAUJO-GAZOLLA.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2023.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON, G. **Docência e concepções de sexualidade na educação básica**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

GIBSON, L.; LEITENBERG, H. (2000) **Child Sexual Abuse Prevention Programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse?** Child Abuse & Neglect, 24, 1115-1125.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 1-176.

GORDON, B.; Schroeder, C. (1995) **Sexuality: a Developmental Approach to Problems**. New York: Plenum Press.

GLOBO. **Por que a educação sexual é tão importante para crianças e adolescentes?** Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/04/por-que-educacao-sexual-e-tao-importante-para-criancas-e-adolescentes.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HELMER J, et al. **Sexual Health for Young People: Making Sexuality Education a Priority**. *Sex Education: Sexuality, Society and Learning*, 2015; 15(2):158-171.

Laboratório da Educação. **Como e por que abordar educação sexual nas escolas?** 30 de abril de 2019 .Disponível em: <https://labedu.org.br/como-por-que-educacao-sexual-escolas/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LANDINI TS. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez; 2003.

LEAL, F. L. A.; RAMOS F. **Educação Infantil do Campo em foco**. 2011.

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas: Adolescentes em situação de exploração sexual**. Unpublished doctoral dissertation, Universidade de São Paulo, SP, 2003.

LIMA, M. S. L. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Líder Livro, 2012.

LISBÔA, E. S; BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. **Desenho em quadrinhos online: vantagens e possibilidades de utilização em contexto educativo**. Revista Paidéi@, Santos, v. 2, n. 1, 2009.

LOPES, R. **Educação sexual previne muitas doenças, diz professor**; Brasil de Fato. Belo Horizonte (MG). Disponível em <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/05/14/educacao-sexual-previne-muitas-violencias-diz-professor>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MAIA A. C. B, PASTANA M, PEREIRA P. C., SPAZIANI, R. B. **Projeto de intervenção em educação sexual com educadoras e alunos de uma pré-escola**. Rev. Ciênc. Ext. 2016;7(2):115-29.

MARTINS, J.; JUNG, H. S.; DA SILVA, L Q. **Ludicidade e desenvolvimento**. *Revista De Educação Da Universidade Federal Do Vale Do São Francisco*, p.58-82, Pernambuco, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. Trad. de José de Anchieta Corrêa. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

BRASIL. **Ministério divulgados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes> . Acesso em: 15 mar.2021.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Abuso sexual**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sexualidade/abuso-sexual.htm>. Acesso em: 15 mar .2022.

NOVA ESCOLA. **A escola pode interromper o ciclo da violência sexual**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1583/a-escola-pode-interromper-o-ciclo-da>

violencia-sexual. Acesso em: 15 mar. 2021.

NÓVOA, A. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1997.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ORGS. **Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual e tráfico com fins sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes**: cartilha para técnicos, gestores e educadores da rede de enfrentamento à violência sexual. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

PENRABEL, Patrícia Palhano Medeiros. **Criança vítima de abuso sexual intrafamiliar: um estudo de caso**. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1037570-patricia-dissertac-a-o-final-entrega.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PIAUÍ (Estado). Ministério Público. Educação. Piauí: MPPI, 2021.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. *Jornal de Pediatria*. 81, nº 5 (novembro de 2005): s197–204. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PONTE JORNALISMO. **Por que é importante falar de educação sexual nas escolas**. Disponível em: <https://ponte.org/por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PORTILHO, G. **A escola pode interromper o ciclo da violência sexual**. **Disponível**: <https://novaescola.org.br/conteudo/1583/a-escola-pode-interromper-o-ciclo-da-violencia-sexual>. Acesso em: 29 de dez. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. **A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais**. In: _____. (Orgs.). *Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão*. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Editora Laboratório Editorial FCL, 2002. p. 94-95.

REIS, W. In: RIBEIRO, M. & REIS, W. **Prevenção das DST/AIDS. Salto para o Futuro**. Rio de Janeiro: Boletim 15, agosto, 2007.

Renk, K., Liljequist, L., Steinberg, A., Bosco G. 7 & Phares, V. (2002) **Prevention of child sexual abuse: Are we doing enough? Trauma, Violence & Abuse**. 3 (1), 68-84.

Repucci, N.D & Haugaard, J.J. (1989) **Prevention of Child Sexual Abuse. Mith or Reality**. *American Psychologist*. 44 (10), 1266-1275.

RITTES, A. **As histórias em quadrinhos na escola: a percepção de professores de ensino fundamental sobre o uso pedagógico dos quadrinhos.** Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.

RONCA, A. C. C.; ESCOBAR, V. F. **Técnicas Pedagógicas: Domesticação ou desafio à participação?** 3º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SANDERSON. C. **Abuso Sexual em Crianças:** São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005. Siegel, A. & Williams, L. (2003) The relationship between child sexual abuse and female delinquency and crime: A prospective study: *Journal of Reserach in Crime and Delinquency*, 40 (01), 71-94.

SEMIS, L. “**Gênero” e “orientação sexual” têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim?** Revista Nova Escola, 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>. Acesso em: 31 out. 2022.

Siegel, A. & Williams, L. (2003). **The relationship between child sexual abuse and female delinquency and crime:** A prospective study. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40 (1), 71-94.

SIEMS, M. E. R.; PIMENTEL, G. A.; LIRIO, F. C. **Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual e tráfico com fins sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes:** cartilha para técnicos, gestores e educadores da rede de enfrentamento à violências sexual. Brasília: OIT–Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

SILVA, J.; CELESTINO, A. **A escola pública como local de trabalho.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, R. C. P. **Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SIMONETTI, C. **Sexualidade na adolescência e programas de educação sexual.** Boletim Transa Legal para educadores, São Paulo, v.1, n.1, p.2, maio/jun. 1994.

SOUZA, H. P. **Convivendo com seu sexo (Pais e Professores).** 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

TAQUETTE, S. R. (org) **Mulher Adolescente/Jovem em situação de Violência.** Propostas de intervenção para o setor saúde: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

Tobin, M & Kessner, S.L. (2002) **Keeping Kids safe: a Child Sexual Abuse Prevention Manual.** Auburn (USA): Hunter House Publishers.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **“Educação sexual na escola: para que serve?”.** 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/para-que-serve-a-educacao-sexual-na-escola/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

WAIDEMAN, M.C. **Adolescência-Sexualidade-Aids. Na família e no espaço escolar contemporâneo.** São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

VERGUEIRO, W. **Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

VIANNA, C. **Introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação:** exame de sua concretização em algumas escolas públicas do estado de São Paulo. São Paulo: [s.n], Projeto Produtivo(CNPq/PQ), 2010-2012.

Williams, L.C.A (2003). **Sobre deficiência e violência: Reflexões para uma análise de revisão da área.** Revista Brasileira de Educação Especial, 9 (2), 141-154.

Wolfe, V.V (1998) Child Sexual Abuse. In: G. Mash, & R. Barkley. ***Treatment of Childhood Disorders.*** (pp. 545 a 597) New York: The Guilford Press.

Wurtele, S., Marrs, S. & Miller-Perrin, C. (1987). ***Practice makes perfect? The role of participant modeling in sexual abuse prevention programs.*** Journal of Consulting and Clinical Psychology. 5 (4), 599-602.

Wurtele, S., Salawsky, D., Miller, C., Mars, S. & Britcher, J. (1986). ***Teaching personal safety skills for prevention of sexual abuse: a comparison of treatments.*** Journal of Consulting and Clinical Psychology. 54 (5), 688-692.